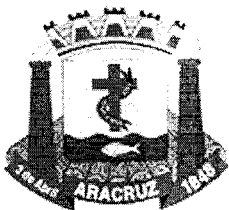
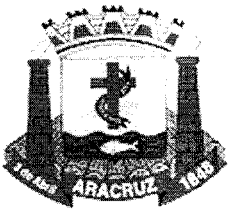




Ata de Reunião da Comissão Especial da Câmara Municipal de Aracruz, realizada no dia 20 de agosto de 2021, às 13h30min, no Plenário desta Câmara Municipal, constituída na 25ª (vigésima quinta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Aracruz, da Legislatura 2017/2020, realizada no dia 16 de agosto de 2021, quando ficou definida a composição pelos vereadores: Adriana Guimarães Machado, André Carlesso, Etienne Coutinho Musso, Leandro Rodrigues Pereira, Luiz Carlos Mathias, Roberto dos Reis Rangel e Vilson Benedito de Oliveira, tendo por finalidade analisar a **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2021** - Altera a redação do artigo 62 da Lei Orgânica do Município de Aracruz/ES, de autoria do Poder Executivo. Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um reuniu-se a Comissão Especial contando com a presença dos senhores vereadores Adriana Guimarães Machado, André Carlesso, Etienne Coutinho Musso, Leandro Rodrigues Pereira, Luiz Carlos Mathias, Roberto dos Reis Rangel, Vilson Benedito de Oliveira; além da presença dos vereadores Carlos Alberto Pereira Vieira, Carlos André Franca de Souza, Marcelo Cabral Severino e Sebastião Sfalsin do Nascimento. Estiveram presentes também Pollyana Alves Cuzzuol e Daniela Dantas Cavalheri – representantes da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMAD); Jorge Antônio da Silva e Aldivan S. Leandro – representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Aracruz (SISMA); Milene da Silva Weck Terra – representante do Sindicato dos Servidores Municipais de Aracruz (SISMA), do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES); Wagner Pelissari De Marchi – representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE); Elaine de Fátima de Almeida Lima – representante do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Aracruz/ES (IPASMA), Thiago Pierote – Procurador Geral (interino) da Prefeitura Municipal de Aracruz; Lidia Maria Bitti Magalhães Rocha, Rosemary Cristina Ayolphi liuth, Vanessa Facini Zucoloto, Mauricéia Mai Campagnaro – professoras da Prefeitura Municipal de Aracruz; e Selma Ramalho, Marcus Vinícius Guedes e Vinícius de Paula Almeida – servidores da Câmara Municipal de Aracruz. A presidente da Comissão Especial, a vereadora Etienne Coutinho Musso, declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos, informou sobre a importância deste momento de debate com a sociedade e, em concordância com os vereadores, definiu que a dinâmica da reunião seria inicialmente ouvir as entidades e posteriormente franquear a palavra aos vereadores. Franqueada a palavra inicialmente aos representantes do IPASMA, a sra. Elaine de Fátima informou que a Proposta de Emenda em análise não trata especificamente do regime próprio de previdência do Município, visto que, após ela, o Poder Executivo encaminhará Lei para regulamentar a matéria contendo regras específicas; afirmou que a aprovação da Emenda se faz necessária para replicar na Lei Orgânica as disposições contidas na Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 103/2019; ressaltou que as alterações propostas não afetarão os atuais servidores



e terão efeitos apenas para os novos servidores que ingressarem no serviço público; e disse ainda que a Proposta de Emenda também permite ao Município a instituição de previdência complementar. Franqueada a palavra ao Sr. Thiago Pierote, ele informou que a Proposta de Emenda vem para definir as normas gerais e haverá, em momento posterior, lei ordinária que regulamentará a matéria, incluindo as regras de transição; sobre a previdência complementar, disse que trata-se de obrigação do Município sob pena de, se assim não o fizer, deixar de receber recursos; acrescentou que a reforma da previdência em âmbito municipal é necessária e configura uma vantagem ao Município, pois vai de encontro ao interesse do servidor, uma vez que busca garantir uma aposentadoria que seja sustentável; e afirmou que é necessário que sejam projetados pagamentos com possibilidade financeira de serem efetuados. Dada a palavra aos representantes do SISMA, o Sr. Jorge Antônio informou que muitos servidores têm dificuldades financeiras para se sustentar e os principais impactos negativos têm recaído sobre os servidores, como exemplo o congelamento de salários em decorrência da Lei Complementar nº 173/2020; sobre a Proposta de Emenda, destacou que a redação atual da Lei Orgânica prevê regra de transição e questionou o motivo de a Proposta não manter a mesma regra; afirmou que o presente debate poderia ter sido evitado se o Poder Executivo tivesse conversado com os Sindicatos e entidades envolvidas antes do envio da Proposta à Câmara Municipal; e afirmou que para o Sindicato os pontos que merecem atenção são a regra de transição para os atuais servidores municipais e a disposição sobre a aposentadoria especial para servidores que exercem atividades insalubres, por exemplo. O Sr. Aldivan S. Leandro afirmou que algumas situações precisam ser ajustadas, tais como a necessidade de se regulamentar sobre a aposentadoria especial e a regra de transição; destacou que o presidente do SISMA, com vistas à defesa dos direitos dos servidores, foi à Brasília à época da aprovação da Reforma da Previdência; e explanou que o Sindicato possui assessoria técnica e jurídica para colaborar com o entendimento e trabalho de análise da Proposta. Em resposta aos questionamentos dos representantes do SISMA, o Sr. Thiago Pierote informou que o artigo 2º, Parágrafo único, da Proposta de Emenda estabelece que, enquanto não entrar em vigor a lei municipal de que trata sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores municipais, as aposentarias e as pensões deverão ser concedidas com base nas regras previstas na legislação vigente. Franqueada a palavra à Sr. Milene da Silva do SINDIUPES, ela destacou que muitos servidores municipais foram em busca de seus direitos; afirmou que o Sindicato solicitou audiência pública para debate da Proposta de Emenda com a sociedade e entidades para que o projeto não viesse “pronto” para a Câmara e os vereadores tivessem a necessidade de apresentar emendas; disse da importância de a vereadora Adriana Guimarães ter apresentado requerimento para a realização de audiência pública, o qual foi aprovado, uma vez que, entende, que a Lei Orgânica não pode ser alterada sem debate; sugeriu que a audiência pública seja realizada de forma



“qualificada”, garantindo oportunidade de fala para os Sindicatos e entidades; e destacou que o Sindicato atua em vários municípios do Estado e também possui assessoria técnica e jurídica para entender e colaborar com o debate da Proposta. Tendo oportunizado a fala às entidades e Sindicatos e, com a aprovação dos vereadores, a palavra foi franqueada aos servidores. A Sra. Selma Ramalho, servidora da Câmara Municipal e membro do Comitê de Investimento do IPASMA, informou que é necessário o entendimento jurídico do texto da Proposta de Emenda para que se evite informações equivocadas, pois há no texto dispositivo que afirma que as alterações não afetarão os atuais servidores municipais; afirmou que, no seu entendimento, a reforma da previdência municipal vai colaborar, pois se não houver recursos novos entrando no Instituto, há possibilidade de não haver sustentabilidade e provável extinção nos próximos 15 ou 20 anos; e disse que a Emenda à Lei Orgânica trata-se de conteúdo obrigatório em atendimento à Constituição Federal. O Sr. Vinícius de Paula Almeida, servidor da Câmara Municipal e presidente do Conselho Administrativo do IPASMA, reforçou a sugestão da Sra. Milene da Silva sobre a realização de audiência pública “qualificada” em que todos possam ser ouvidos; afirmou que a reforma da previdência é um impacto na vida do servidor e na economia do Município, visto que é aqui que ele pretende viver, utilizar serviços e consumir no comércio; e sugeriu ao Poder Executivo, nas figuras dos representantes da SEMAD e Procuradoria Municipal, que o debate com as entidades e sindicatos seja realizado antes do envio do projeto de lei para a Câmara Municipal. Em nova oportunidade de fala, o Sr. Aldivan S. Leandro, do SISMA, informou que tem conhecimento do teor da proposta, da justificativa e observou que o texto propõe a supressão no artigo 62 de disposições sobre as aposentadorias especiais e, por isso, questionou por que o conteúdo não está previsto na redação proposta; reafirmou que o Sindicato busca garantias de que o atual servidor não será prejudicado e disse que pode entregar pareceres jurídicos sobre a matéria; e, após as explanações, afirmou que sairá feliz da reunião por saber que não se precisará debater sobre regras de transição no momento. Após as falas dos representantes dos Sindicatos, das entidades e dos servidores, a Presidente franqueou a palavra aos vereadores. A vereadora Adriana Guimarães Machado parabenizou os vereadores da Comissão e os demais vereadores presentes por estarem empenhados para que os servidores não sejam prejudicados; informou que, diante da importância da matéria, a Comissão deliberou por convidar ao debate os Sindicatos e entidades, uma vez que entende que se faz necessário ouvir a sociedade; lembrou que na última sessão ordinária apresentou e foi aprovado um requerimento de sua autoria para a realização de audiência pública; e sugeriu a realização de audiência pública antes do envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal. O vereador Roberto dos Reis Rangel informou que, nesse debate, os vereadores fazem algo que não foi feito no ano de 2020, quando o Poder Executivo encaminhou a Proposta de Emenda à Lei Orgânica para aprovação dos



vereadores e, após isso, poder construir e votar a lei de regulamentação; destacou que a maioria das dúvidas e preocupações que surgem são relacionadas à situação dos atuais servidores e às regras de transição; sobre a lei regulamentadora, sugeriu que os debates sejam iniciados o mais rápido possível; entende que a Proposta de Emenda é algo necessário, pois é exigência da Emenda Constitucional; e disse que a Comissão está disponível para ouvir as colaborações e o conhecimento técnico dos representantes. O vereador André Carlesso informou que alteração do artigo 62 da Lei Orgânica é uma situação necessária e o servidor que já possui direito adquirido em relação à aposentadoria não será atingido; destacou que todos são bem-vindos a comparecem às reuniões das Comissões Permanentes da Câmara, especialmente às da Comissão de Justiça, a qual faz parte; sugeriu que o representante que tiver algum material ou sugestão, que realize o protocolo e este será encaminhado à comissão que fará a análise e discussão para tomada de decisão com vistas a garantir o direito de todos; afirmou que, em respeito ao Princípio da Simetria, a Lei Orgânica precisa estar em conformidade com a Constituição Federal e a alteração é necessária para se manter a sustentabilidade das aposentadorias, especialmente se considerar que houve aumento da expectativa de vida da população; e, por fim, parabenizou os vereadores da Comissão. O vereador Luiz Carlos Mathias informou que saber que os atuais servidores não serão prejudicados lhe traz certa tranquilidade, havendo, dessa forma, a necessidade dessa garantia estar explícita na Proposta; afirmou que os vereadores vão se empenhar para garantir esse direito, pautando-se em não causar prejuízos aos servidores e nem ao Poder Executivo; e também colocou a Comissão à disposição para ouvir os representantes. O vereador Vilson Benedito de Oliveira relembrou que, à época da Reforma da Previdência em âmbito nacional, não foi oportunizado o debate iniciando-se da base para cima, ou seja, o debate deveria ter se iniciado do Município; afirmou que, no seu entendimento, a Reforma da Previdência na forma em que se encontra causa prejuízo às pessoas com maior vulnerabilidade financeira e social e não há penalidades para quem recebe grandes aposentadorias; reforçou que as aposentadorias geram divisas financeiras para o Município, pois são utilizados os comércios e a prestação de serviços locais; e disse que é necessário ter atenção especial aos trabalhadores braçais, aos professores e outros para garantir que eles tenham aposentadoria integral. O vereador Carlos André Franca de Souza informou que existe muita preocupação dos servidores que estão próximos de aposentar e sente-se tranquilizado em saber que os atuais servidores não serão prejudicados; afirmou ser esse um momento bom em que o Legislativo Municipal se coloca à disposição para debater o assunto com a sociedade; e afirmou estar à disposição, pois não faltará empenho para buscar sempre o melhor. O vereador Alcihélio Lima de Negreiros afirmou que sabe a importância do servidor público e se preocupa com os servidores atuais e os novos, mas também com o funcionamento de boa qualidade da Administração Pública; destacou que a Comissão é constituída de vereadores competentes e



empenhados; e também se colocou à disposição para colaborar. O vereador Sebastião Sfalsin do Nascimento informou que a grande preocupação dos servidores foi esclarecida hoje: eles não sofrerão penalidades; afirmou que todos os vereadores estarão unidos para fazer o que for bom para os servidores e para o Município; defendeu a necessidade de o Poder Executivo realizar concursos públicos para contratação de servidores com a finalidade de que esses possam fazer seus recolhimentos previdenciários junto ao IPASMA, visto que os servidores em comissão fazem o recolhimento ao INSS e que, na sua visão, todos os servidores municipais deveriam ser contratados por meio de concurso público. O vereador Marcelo Cabral Severino parabenizou a Comissão; disse sentir-se feliz pelo fato das Entidades e Sindicatos colaborarem com o debate; afirmou que os vereadores receberam ligações com várias dúvidas e questionamentos, especialmente sobre “o atual servidor vai perder?”; ressaltou que é preciso discutir os assuntos que ainda não são da concordância de todos, mesmo que algumas decisões não agradem a todos; e, ao final, destacou que até mesmo os vereadores podem futuramente ser servidores. O vereador Carlos Alberto Pereira Vieira informou que os vereadores estão empenhados em debater o projeto, visto que é assunto polêmico por tratar de questões financeiras; afirmou que há preocupação com o futuro do servidor, que trabalha a vida inteira, cria a expectativa de se aposentar e não pode ser prejudicado neste momento; e reforçou que a Câmara, por meio dos vereadores, está empenha para discutir o projeto e tomar a melhor decisão para os servidores e para o Município. A vereadora Etienne Coutinho Musso agradeceu por fazer parte da Comissão Especial, destacando que é um prazer aprender com os servidores, cujo trabalho precisa ser valorizado; agradeceu a presença dos representantes dos Sindicatos, do SAAE, do IPASMA, da SEMAD, do Procurador Municipal, dos vereadores e dos servidores presentes; afirmou que o Poder Executivo não medirá esforços para mudar este cenário e entende que a presente reunião é um passo nesse sentido. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente deu por encerrados os trabalhos da reunião e determinou a elaboração da presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada.

Vereadores membros da Comissão

1. Etienne Coutinho Musso.....Presidente.....
2. Adriana Guimarães Machado....Relatora.....*Adriana G. machado*
3. André Carlesso.....*André Carlesso*
4. Leandro Rodrigues Pereira.....*Leandro Rodrigues Pereira*
5. Luiz Carlos Mathias.....*Luiz Carlos Mathias*
6. Roberto dos Reis Rangel.....*Roberto dos Reis Rangel*